

Despacho (extracto) n.º 11 652/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 28 de Setembro de 2005, no exercício de competência delegada:

Paulo Jorge Maia Batalha, técnico profissional de 1.ª classe, escalão 1, índice 222, do quadro de pessoal dos Serviços Sociais do Ministério da Justiça — transferido para o quadro de pessoal comum desta Direcção-Geral para a categoria de assistente administrativo principal, escalão 1, índice 222, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2005.

23 de Março de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Maria Fernanda Farinha*.

Despacho (extracto) n.º 11 653/2006 (2.ª série). — Por despacho do Ministro da Justiça de 30 de Março de 2006:

Licenciado Guilherme Gustavo Leal de Antas e Castro, procurador-adjunto do quadro de pessoal da Procuradoria-Geral da República — nomeado, em comissão de serviço, para o cargo de inspector-coordenador da Delegação do Norte do Serviço de Auditoria e Inspeção, com efeitos a partir de 3 de Abril de 2006.

26 de Abril de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Maria Fernanda Farinha*.

Rectificação n.º 854/2006. — Por ter saído com inexactidão o despacho (extracto) n.º 6034/2006 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 52, a p. 3689, rectifica-se que onde se lê «Maria da Graça Minguéns Lopes Louro da Rocha» deve ler-se «Maria da Graça Miguéns Lopes Louro da Rocha Borges».

16 de Março de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Maria Fernanda Farinha*.

Rectificação n.º 855/2006. — Por ter saído com inexactidão o despacho (extracto) n.º 7216/2006 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 65, a p. 4861, rectifica-se que onde se lê «Ana Paula Múrias dos Santos Lage» deve ler-se «Ana Paula Múrias Gomes dos Santos Lage».

6 de Abril de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Maria Fernanda Farinha*.

Directoria Nacional da Polícia Judiciária

Despacho n.º 11 654/2006 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, conjugado com o n.º 4 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, e com o artigo 170.º do Decreto-Lei n.º 275-A/2000, de 9 de Novembro, designo, para exercerem funções de secretariado,

as funcionárias abaixo indicadas, com efeitos a contar a partir de 20 de Abril de 2006:

Directoria de Lisboa:

Célia Maria de Oliveira Rosa Tavares Correia.
Iracema Nunes da Mata Nóbrega.

DCICCEF:

Maria Natália da Cunha Cabral de Lima.
Carla Sofia Vilhena Vicente Nunes Borges.

16 de Maio de 2006. — O Director Nacional, *Alípio Ribeiro*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades

Despacho n.º 11 655/2006 (2.ª série). — Tendo em conta os fundamentos de facto e de direito constantes da informação n.º 61/DSJ/2006, de 21 de Abril, da Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, e ao abrigo dos artigos 1.º, 10.º, 12.º, 13.º, n.º 1, 14.º, n.º 1, e 15.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, e nos artigos 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 314/2000, de 2 de Dezembro, declaro a utilidade pública e reconheço o carácter urgente das expropriações de duas parcelas de terreno e direitos a elas relativos localizadas na zona de intervenção do Programa Polis na Costa de Caparica, no município de Almada, delimitada no Decreto-Lei n.º 251/2001, de 21 de Setembro, identificadas no mapa de expropriações — fase e planta de expropriações — 1.ª fase, anexos ao presente despacho e do qual fazem parte integrante, necessárias à construção de infra-estruturas e de espaços públicos e realização de uma operação de reordenamento urbano, no âmbito da execução do Plano de Pormenor do Jardim Urbano da Costa de Caparica (PP2), ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2005, de 27 de Janeiro, a favor da sociedade COSTAPOLIS — Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis na Costa de Caparica, S. A., constituída pelo Decreto-Lei n.º 229/2001, de 20 de Agosto.

Os encargos com a expropriação são da responsabilidade da sociedade COSTAPOLIS — Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis na Costa de Caparica, S. A.

10 de Maio de 2006. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, *João Manuel Machado Ferrão*.

Plano de Pormenor do Jardim Urbano na Costa da Caparica

Mapa de expropriações — 1.ª fase

Parcela	Nome e morada dos proprietários e outros interessados	Identificação do prédio			Área da parcela (metros quadrados)	Uso previsto no plano de pormenor
		Freguesia/concelho	Número matriz urbana rústica	Descrição Predial		
1	Clube Desportivo dos Pescadores da Costa de Caparica, Avenida de D. Sebastião, 78, 2825-405 Costa da Caparica. António Fernandes, Parque de Santo António-Ringue, Santo António da Caparica, 2825 Costa de Caparica. Remédio Santo Bar, L.ª, Avenida de Afonso de Albuquerque, Santo António da Caparica, 2825 Costa de Caparica.	Costa de Caparica/Almada	747-U	00976/910401	4 086	Espaços verdes, infra-estruturas e arruamentos e habitação PER.
2	ORBITUR — Imobiliário, S. A., Rua de Diogo do Couto, 1, 8.º, frente, 1100-194 Lisboa.	Costa de Caparica/Almada	3. Sec. 1 R	—	9 916	Espaços verdes, instalações de desporto e recreativas e um estabelecimento de restauração com esplanada.

Servidões/condicionantes: as parcelas estão integradas em Reserva Ecológica Nacional e abrangidas por uma servidão militar.